

Uso e Gestão de Recursos Florestais

Use and management of forestry resources

Uso y gestión de recursos forestales

Brasil caracteriza-se historicamente por uma grande concentração de terra e de renda, o que vem provocando, ao longo dos anos, crescentes desigualdades sociais. Por haver uma alta

representatividade política das camadas mais favorecidas da população no poder público, o País caracteriza-se pela falta de atenção às questões sociais e ambientais no que se refere à legislação e à fiscalização. Trata-se de um modelo que vem ocasionando a utilização de maneira predatória dos recursos naturais ao longo da história do desenvolvimento do País. A ciência tem se preocupado com o uso sustentável desses recursos. Já na política é recente a preocupação com a preservação da natureza. Além disso, o conhecimento ainda incipiente do relacionamento entre os grupos sociais no processo de gestão e uso dos recursos florestais limitam a capacidade das instituições governamentais e não governamentais de planejar e executar ações apropriadas para impedir ou retardar a devastação.

Para realizar uma análise de relacionamento entre a comunidade humana e a floresta, a Universidade de São Paulo (USP) firmou uma parceria com o Instituto Internacional para o Desenvolvimento Ambiental (IIED), via IPEF, que tem como objetivo detectar as situações distintas no Brasil.

Foi utilizada uma metodologia inédita no País, mas já praticada por outras pesquisas financiadas pelo IIED na África e na Ásia. Ela se baseia na identificação em cada um dos grupos (atores sociais) dos direitos, as responsabilidades e as vantagens obtidas na exploração de recursos florestais. É feito um histórico e um levantamento de dados atuais. Analisa-se como se relacionam os atores sociais entre si. Essas relações de poder indicam a dependência entre os grupos e podem ser de natureza política, econômica, tecnológica, etc. Esse tipo

de relacionamento foi analisado pelo projeto com o objetivo de vislumbrar o que poderá acontecer no futuro com a evolução dessas relações e subsidiar ações de intervenção do governo e outras instituições não governamentais.

Foram analisados seis casos representativos de regiões no Brasil. Dentre eles, um na Amazônia, Estado do Acre e outro na Mata Atlântica, Estado de São Paulo - locais com modelos de ocupação distintos - são exemplos de como a história e a cultura local podem determinar o modo como são manejados os recursos florestais. No Acre, o Estado passa por um processo de implantação de políticas que procuram oferecer alternativas de desenvolvimento, renda e subsistência às populações da

“Em alguns casos, como no da Amazônia, a mata sendo destruída, a pessoa também o é, pois este é o seu sustento. A grande questão é como preservar os dois, que consiste no desenvolvimento sustentável: a sobrevivência da pessoa sem a degradação ambiental.”

floresta sem provocar a degradação verificada em outros Estados e regiões do País. O zoneamento ecológico-econômico é um dos principais instrumentos de planejamento com que conta o poder público estadual para atingir esses objetivos. Nesta área, onde a ocupação é mais recente, e o ator principal, a população tradicional (seringueiros), a questão é conservar, ocupar sem destruir a floresta e demais recursos. A relação com a mata neste local é fundamental para a subsistência da população tradicional. A realidade deles é de que se o látex, a castanha, o açaí e outros produtos, deixarem de existir, eles não vivem, pois há uma dependência econômica da natureza.

Já o desafio para as áreas de ocupação mais antigas, como o Pontal do Paranapanema, é a de recompor, reconstruir o que já foi destruído pela ocupação. O ator principal são os assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), localizados no entorno de uma reserva da Mata Atlântica, que é o Parque Estadual do Morro do Diabo. O relacionamento do assentado com a mata tende a ser depredativo. Ao colocar uma família de sem-terra, faminta, sem trabalho, sem crédito e, às vezes, sem experiência, praticando a produção agrícola ao lado da mata, ele tende a práticas não conservacionistas e ao uso não sustentável dos recursos florestais.

Esses dados possibilitaram o estabelecimento de um prognóstico. As questões principais são: esses grupos vão preservar a mata ou vão degradá-la? O que é preciso fazer para que eles não degradem? No caso dos assentados, vários programas conjugados com a reforma agrária podem promover a conscientização e a mudança de comportamento dessa população. A educação ambiental e a própria organização e estruturação dessa comunidade podem contribuir para que não seja necessário à elas degradar o meio ambiente para sobreviver. Nosso interesse é a conservação, mas também queremos que essas comunidades vivam bem. Em alguns casos, como no da Amazônia, a mata sendo destruída, a pessoa também o é, pois este é o seu sustento. A grande questão é como preservar os dois, que consiste no desenvolvimento sustentável: a sobrevivência da pessoa sem a degradação ambiental.

Comparando os resultados desse trabalho com os outros realizados na África e na Ásia, percebe-se que as comunidades tradicionais do mundo inteiro, em função dessa onda moderna da preservação e conservação florestal, acabam sendo semelhantes. Os problemas são sempre os mesmos, e as soluções, similares e complexas. ▲

Por Dalcio Caron, sociólogo, professor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP
E-mail: dalcicaron@esalq.usp.br